

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	22
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	23
4.5 - Processos sigilosos relevantes	24
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	25
4.7 - Outras contingências relevantes	26
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	27

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	28
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	29
5.3 - Descrição dos controles internos	30
5.4 - Alterações significativas	31
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	32

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	33
6.3 - Breve histórico	34
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	36
6.6 - Outras informações relevantes	37

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	38
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	39
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	40
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	41
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	42
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	43
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	44
7.8 - Políticas socioambientais	45
7.9 - Outras informações relevantes	46

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	47
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	48
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	49
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	50

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	51
9.2 - Outras informações relevantes	52

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	53
10.2 - Resultado operacional e financeiro	55
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	56
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	57
10.5 - Políticas contábeis críticas	58
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	59
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	63
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	64

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	65
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	68
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	69
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	70
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	71
12.7/8 - Composição dos comitês	74
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	75
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	76
12.13 - Outras informações relevantes	77

Índice

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	78
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	79
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	80
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	81
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	82
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	83
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	84
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	85
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	86
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	87
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	88
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	89
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	90
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	91
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	92
13.16 - Outras informações relevantes	93

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	94
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	95
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	96
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	97
14.5 - Outras informações relevantes	98

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	99
---------------------------------	----

Índice

15.3 - Distribuição de capital	100
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	101
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	102
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	103
15.7 - Principais operações societárias	104
15.8 - Outras informações relevantes	105
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	106
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	107
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	108
16.4 - Outras informações relevantes	109
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	110
17.2 - Aumentos do capital social	112
17.5 - Outras informações relevantes	113
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	114
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	115
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	116
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	117
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	130
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	131
18.8 - Títulos emitidos no exterior	132
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	133
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	134
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	135

Índice

18.12 - Outras informações relevantes	136
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	137
20. Política de negociação	
20.2 - Outras informações relevantes	138
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	139
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	140
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	141
21.4 - Outras informações relevantes	142

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Santos Zanré

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Pereira Gonçalves

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

José Pereira Gonçalves (Diretor Presidente da Companhia), nos termos do item 1 do Anexo 24 da ICVM 480, declara que:

- (a) Revisou este Formulário de Referência;
- (b) Todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480, em especial aos artigos 14 a 19;
e
- (c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

José Pereira Gonçalves
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Roberto Santos Zanré (Diretor de Relações com Investidores da Companhia), nos termos do item 1 do Anexo 24 da ICVM 480, declara que:

- (a) Revisou este Formulário de Referência;
- (b) Todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480, em especial aos artigos 14 a 19;
e
- (c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Roberto Santos Zanré
Diretor de Operações e DRI

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

José Pereira Gonçalves (Diretor Presidente da Companhia) e Roberto Santos Zanré (Diretor de Relações com Investidores da Companhia), nos termos do item 1 do Anexo 24 da ICVM 480, declaram que:

- (a) Revisaram este Formulário de Referência;
- (b) Todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480, em especial aos artigos 14 a 19;
e
- (c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

José Pereira Gonçalves
Diretor Presidente

Roberto Santos Zanré
Diretor de Operações e DRI

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	832-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	TBRT - ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	03.566.241/0001-90
Período de prestação de serviço	14/08/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria independente para a data base do exercício encerrado em 31/12/2012 e revisão das ITRs relativa ao segundo semestre de 2012 do mesmo exercício e exercício seguintes. Normas e procedimentos legais de auditoria estabelecidas pelo conselho federal de contabilidade, bem como das normas da CVM. Aplicação de procedimentos técnicos.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 1.400,00 reais por mês a ser pago no primeiro dia útil do mês desde que observado a estimativa de 192 horas/homem/ano.
Justificativa da substituição	Substituição obrigatória em função da rotatividade de 5 anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Nivaldo Saburo Yamamoto	14/08/2012	815.231.658-04	Alameda Santos, 1787, cerqueira cesar, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01419-002, Telefone (011) 32533222, e-mail: nivaldo.yamamoto@terra.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	272.600,00	-217.120,00	-571.082,00
Ativo Total	1.487.728,00	1.543.129,00	580.075,00
Resultado Bruto	884.695,00	2.000.340,00	776.556,00
Resultado Líquido	-710.280,00	-46.844,00	-748.800,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	2.200.000	1.000.000	588.487
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,123909	-0,217200	-0,970424

3.2 - Medições não contábeis

A Nova Securitização S.A não divulgou, no decorrer do último exercício social e não deseja divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda).

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre retenção de lucros:

Nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, do resultado apurado em cada exercício serão retidos 5% (cinco por cento) do lucro líquido que será aplicado na constituição de reserva legal, sendo que, demais retenções deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral.

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

Nos termos do artigo 22 do Estatuto Social, será distribuído em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação em vigor.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos:

A distribuição de dividendos é anual, ressalvada a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários pelo Conselho de Administração, conforme expressamente autorizado pelo Estatuto Social da Companhia em seu artigo 24.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Não aplicável à Companhia qualquer tipo de restrição à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores ao findo em 2012.

Nos termos da assembleia geral ordinária realizada em 26 de abril de 2013, os acionistas deliberaram pela destinação do lucro líquido do exercício de 2012, no montante de R\$ 107.068,00, conforme a seguinte destinação: (a) R\$ 5.979,00 para constituição de reserva legal, conforme legislação em vigor; (b) R\$ 32.120,40 para distribuição aos diretores e funcionários em conformidade com deliberações do Conselho de Administração; (c) R\$ 10.706,80 para distribuição a título de “dividendos” e (d) R\$ 58.261,80 para financiar as atividades da empresa.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	1.215.128,00	Índice de Endividamento	4,45754952	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		731.273,00	0,00	0,00	0,00	731.273,00
Total			731.273,00	0,00	0,00	0,00	731.273,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) ao Emissor

a.1. Limitação de ativos

A Companhia é uma companhia Securitizadora de créditos imobiliários, tendo como objeto social a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio por meio da emissão de CRI, nos termos da Lei nº 9.514/97, e CRA nos termos da Lei nº 11.076/04 cujos patrimônios são administrados separadamente. O patrimônio separado de cada emissão tem como principal fonte de recursos os respectivos créditos e suas garantias. Desta forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos créditos por parte dos devedores à Companhia poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de honrar as obrigações assumidas junto aos investidores dos CRI e CRA.

a.2. Operações com derivativos

A Companhia não realiza, atualmente, quaisquer operações que envolvam derivativos. No entanto, faz parte do objeto social da Companhia a realização de operações de *hedge* em mercados de derivativos. As operações com derivativos podem aumentar a volatilidade da carteira de créditos, limitar as possibilidades de rentabilidade nas operações realizadas e não produzir os efeitos pretendidos, o que poderia expor o patrimônio comum da Companhia.

a.3. Alteração do controle

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007 e teve seu controle alterado em 24 de junho de 2010. Após a reestruturação executiva da Companhia, apenas em 2011, a Companhia iniciou sua atuação junto ao mercado. Diante disso, a Companhia poderá enfrentar desafios em virtude de tratar-se uma empresa em crescimento e recém atuante em um mercado competitivo.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a.4. Administração da Companhia

A capacidade da Companhia em manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da alta administração. A interrupção ou paralisação na prestação de serviços de qualquer um dos membros da alta administração da Companhia, ou sua incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais, e conseqüentemente, sobre a situação financeira da Companhia.

a.5. Registro da CVM

A Companhia atua no mercado como companhia Securitizadora de créditos imobiliários e do agronegócio, nos termos das Lei nº 9.514/97 e 11.076/04, e sua atuação depende do registro de companhia aberta junto à CVM. Caso a Companhia venha a não atender os requisitos exigidos pelo órgão, em relação à companhia aberta, sua autorização pode ser suspensa ou até mesmo cancelada, o que comprometeria sua atuação no mercado de securitização.

a.6. Situação financeira da Companhia

O demonstrativo patrimonial da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2015, apresentou patrimônio líquido positivo em R\$ 272.600,00.

b) Ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Atualmente, a Companhia é controlada diretamente pelo Sr. José Pereira Gonçalves que têm poderes para eleger os membros do Conselho de Administração, dentre outros atos, que podem afetar o desempenho da Companhia e sua política de distribuição de rendimentos. Desta forma, o interesse do acionista controlador, ou de seu eventual sucessor, pode vir a diferir dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

c) Aos seus acionistas

A Companhia pode necessitar de capital adicional no futuro, que poderá ser obtido por meio de emissão de ações, o que poderá resultar em uma potencial diluição da participação dos acionistas nas ações da Companhia, caso estes não acompanhem a subscrição proporcionalmente às suas participações. É possível que a Companhia tenha interesse em captar recursos no mercado de capitais, por meio da emissão de ações e/ou colocação no mercado de títulos conversíveis em ações. A emissão de novas ações, que pode não prever direito de preferência aos atuais acionistas, poderá acarretar diluição da participação destes no capital social da Companhia.

d) A suas controladas e coligadas

A Companhia não possui controlada ou coligada.

e) Aos seus fornecedores:

A Companhia poderá contratar prestadores de serviços terceirizados para execução de diversas atividades, tendo em vista o cumprimento de seu objeto, tais como assessores jurídicos, agente fiduciário, *servicer*, auditoria de créditos, agência classificadora de risco, banco escriturador, dentre outros. No entanto, não vislumbramos riscos relacionados aos fornecedores da Companhia, dado que existem outros fornecedores no mercado igualmente reconhecidos, não havendo, assim, qualquer tipo de dependência com relação aos prestadores de serviço em caso de falência dos mesmos ou alteração relevante da tabela de preços.

f) Aos seus clientes

Não vislumbramos riscos relacionados aos clientes da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g) Aos setores da economia nos quais a Companhia atue

g.1. Mercado Imobiliário e do Agronegócio

A Companhia atua na securitização dos créditos decorrentes do setor imobiliário e do agronegócio, de modo que eventuais impactos neste setor poderão afetar a Companhia. Além disso, os CRI e os CRA estão sujeitos às variações e condições dos mercados de atuação dos devedores, que são afetados principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. O investimento nos CRI e CRA poderá estar sujeito a outros riscos além dos expostos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos valores mobiliários de modo geral. Diante disso e considerando outras variáveis do setor, os impactos poderão influenciar os negócios da Companhia.

g.2. Regulamentação dos setores de construção civil e incorporação imobiliária

Parte da receita da Companhia provem da securitização de recebíveis imobiliários residenciais adquiridos diretamente de companhias incorporadoras imobiliárias. Alterações regulamentares no setor da construção civil e de incorporação imobiliária afetam diretamente a oferta de recebíveis por parte dessas empresas, e estas podem reduzir o escopo de atuação da Companhia, principalmente no que tange à compra de carteiras de recebíveis residenciais para a emissão de CRI.

h) À regulação dos setores em que a Companhia atue

h.1. Regulamentação do mercado de CRI e CRA

A atividade que a Companhia desenvolve está sujeita à regulamentação da CVM no que tange a ofertas públicas de CRIs e CRAs. Eventuais alterações na regulamentação em vigor que acarretem aumento de custo nas operações de securitização e podem limitar o crescimento da Companhia e/ou reduzir a competitividade de seus produtos.

h.2. Decisões judiciais sobre a Medida Provisória nº 2.158-35 podem comprometer o regime fiduciário sobre as séries de CRI emitidas.

A Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, em seu artigo 76, estabelece que "as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos em relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos." Em seu parágrafo único, prevê que "desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação". Apesar de a Companhia ter intenção de, ao emitir CRI e CRA,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

instituir o regime fiduciário sobre os créditos lastro das emissões de CRI e CRA da Companhia, por meio do termo de securitização, a Companhia ter por propósito específico a emissão de CRIs e CRAs, caso prevaleça o entendimento previsto no dispositivo supra, os credores de débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista que a Companhia poderia vir a ter no caso de falência, estes poderiam concorrer com os titulares dos CRI e CRA, sobre o produto de realização dos créditos. Nesta hipótese, poderia haver a possibilidade de que os créditos não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRI e CRA, após o pagamento das obrigações da Companhia.

h.3. Não existe jurisprudência firmada acerca da securitização

Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico das atividades que a Companhia desenvolve considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas através de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange ao tipo de operação realizada pela Companhia, em situações de stress poderá haver perdas por parte dos investidores e da Companhia, em razão de decisões judiciais inesperadas.

h.4. Incentivos fiscais para aquisição de CRI

Parcela relevante da receita da Companhia deverá decorrer da venda de CRI e CRA a pessoas físicas, que são atraídos, em parte, pela isenção de imposto de renda concedida pela Lei 11.033/2004, sobre os rendimentos auferidos. Caso tal incentivo deixe de existir, a demanda por CRI e CRA deste tipo de investidor provavelmente diminuirá, ou referidos investidores passarão a exigir remuneração superior, o que poderá impactar de forma negativa as atividades da companhia.

i) Aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não atua em países estrangeiros.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Política Econômica do Governo Federal

A economia brasileira é marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e, portanto, não pode prevê-las. Os negócios, resultados operacionais e financeiros e o fluxo de caixa da Companhia podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e/ou municipal, e por fatores como: variação nas taxas de câmbio; controle de câmbio; índices de inflação; flutuações nas taxas de juros; falta de liquidez nos mercados doméstico, financeiro e de capitais; racionamento de energia elétrica; instabilidade de preços; política fiscal e regime tributário; e medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o País.

Adicionalmente, o Presidente da República tem poder considerável para determinar as políticas governamentais e atos relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e desempenho financeiro de empresas brasileiras. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar o desempenho da Companhia e respectivos resultados operacionais.

Política Anti-Inflacionária

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la, combinadas com a especulação de futuras políticas de controle inflacionário, geram incerteza econômica e aumentam a volatilidade do mercado de capitais. As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Futuras medidas tomadas pelo Governo Federal, incluindo ajustes na taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, podem ter um efeito material desfavorável sobre a economia brasileira e por consequência sobre a Companhia.

Instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização do Real

No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar em outras moedas. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar irá permanecer nos

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

níveis atuais. Entretanto, a adoção do sistema de câmbio flutuante reduziu o poder de intervenção do governo e, em consequência, a possibilidade de flutuações bruscas.

Fatores relativos ao Ambiente Macroeconômico Internacional

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pela percepção de risco do Brasil e de outras economias emergentes e a deterioração dessa percepção poderá ter um efeito negativo na economia nacional. Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros.

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros.

Além disso, em consequência da globalização, não apenas problemas com países emergentes afetam o desempenho econômico e financeiro do país como também a economia de países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, interferem consideravelmente no mercado brasileiro.

Assim, em consequência da globalização problemas econômicos ocorridos em outros países de mercados desenvolvidos em anos recentes, levam os investidores a ficarem mais cautelosos na realização de seus investimentos. Algumas das crises externas podem produzir evasão de investimentos estrangeiros no Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentem custos mais altos para captação de recursos, tanto no mercado nacional como no estrangeiro.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia consta como credora no pedido de recuperação judicial da empresa Holding Guareschi S.A, devedora da operação lastro da 14ª série da 1ª emissão de CRI.

A empresa Guareschi apresentou plano de recuperação judicial que está em avaliação pelos credores.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia não é parte em qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral nos termos acima mencionados.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não é parte em qualquer processo sigiloso relevante.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Item não aplicável - a Companhia é brasileira.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

5.3 - Descrição dos controles internos

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

5.4 - Alterações significativas

De acordo com o entendimento da Companhia, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	16/05/2007
Forma de Constituição do Emissor	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/09/2007

6.3 - Breve histórico

A NOVA SECURITIZAÇÃO S.A. é uma companhia Securitizadora de créditos imobiliários e do agronegócio, constituída em 16 de maio de 2007, com sede na cidade de São Paulo, Avenida Paulo VI, 2.405, Perdizes, São Paulo, SP, CEP 01.262-010, de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei 9.514/97, com inscrição na CVM n. 21105 e com um capital social subscrito, em moeda corrente, em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), representado por 2.200.000 (dois milhões e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A Companhia se propõe a adquirir e securitizar créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio; emitir e colocar, junto ao mercado financeiro e de capitais, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; realizar negócios e prestar serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e dos direitos creditórios do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio; realizar operações de hedge em mercados derivativos.

A Companhia adquirirá, primordialmente, ativos em regime fiduciário. Esta política permitirá que ela exerça com plenitude o papel de securitizadora de créditos, evitando riscos de exposição direta de negócios. Faz parte da estratégia de negócio da Companhia, ainda, participar de estruturação de operações de securitização imobiliária, com o objetivo de gerar recursos para empresas de diversos setores imobiliários, a partir da otimização de seus ativos imobilizados. Na data deste Formulário de Referência, não existe Acordo de Acionistas da Companhia. A Companhia não possui: (i) participação em outras sociedades; (ii) investimentos e desinvestimentos de capital em andamento; (iii) ofertas públicas de aquisição de ações da Companhia efetuadas por

6.3 - Breve histórico

terceiros ou pela Companhia com vistas à aquisição de ações de emissão de outras companhias; (iv) investimentos relevantes em outras sociedades; e (v) dependência de contratos de financiamento relevante são desempenho de suas atividades.

O controle da Companhia é distribuído entre: José Pereira Gonçalves (Presidente do Conselho de Administração), Bernardo Luiz Paludo Sperandio (Vice Presidente do Conselho) e Fábio Luiz Nogueira Vicente Elizeu (Conselheiro).

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência, nem de recuperação judicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Principais eventos societários

Em 27 de abril de 2015, ocorreram os seguintes eventos societários de relevância para a Companhia:

- (i) Assembleia geral ordinária da Companhia que, dentre outros assuntos, deliberou pela reeleição dos membros do Conselho de Administração; e
- (ii) Reunião do Conselho de Administração que: a) reelegeu a Diretoria Executiva. b) estipulou em R\$ 5 bilhões o limite de emissão de CRI e CRA.

Em 30 de dezembro de 2015 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que, dentre outros assuntos, elevou o capital social da Companhia para R\$ 2.200.000,00.

Em 21 de Janeiro de 2016 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que, dentre outros assuntos, alterou a composição do Conselho de Administração da Companhia.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia é uma companhia Securitizadora de créditos imobiliários e do Agronegócio, constituída nos termos da Lei 9.514/97, com o objeto exclusivo de aquisição de créditos imobiliários para posterior securitização destes por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e posterior colocação, inclusive por terceiros contratados, junto ao mercado financeiro e de capitais.

Conforme o seu objeto social, a atividade da Companhia é a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização, a emissão e colocação no mercado financeiro e de capitais, de CRI e CRA ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de CRI e CRA; e, a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e do agronegócio.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

7.8 - Políticas socioambientais

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

8.1 - Negócios extraordinários

Não há aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal aos negócios da Nova Securitização.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pelo emissor não diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A. condições financeiras e patrimoniais em geral:

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao ano de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo o Parecer dos auditores sido emitido sem quaisquer ressalvas. Durante o ano, a Companhia, emitiu três séries de CRIs que totalizaram R\$ 189,00 milhões.

B. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

A Companhia se utiliza apenas de capital próprio e de empréstimos obtidos junto aos próprios acionistas, para financiar suas atividades e a estrutura de capital é constituída somente por ações ordinárias nominativas. Assim sendo, não há definições sobre hipóteses de resgate e nem de fórmulas para cálculo de valor de resgate.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Todas as emissões de CRI foram vinculadas ao regime fiduciário, com plena compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além das garantias contratadas em cada operação. Neste sentido, não existem hipóteses de a Companhia vir a ser obrigada a utilizar recursos próprios para cobrir compromissos financeiros assumidos nessas operações, caso a arrecadação proporcionada pelos créditos utilizados como lastro venha a ser insuficiente para remunerar os investidores.

Em 2015 as receitas auferidas pela Companhia não foram suficientes para fazer frentes às despesas operacionais, tendo o déficit sido coberto por empréstimos obtidos junto aos acionistas.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A companhia não realizou operações classificadas como investimentos em ativos circulantes ou não-circulantes.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O capital da Companhia é, em sua totalidade, próprio. Não havendo compromissos financeiros assumidos com terceiros, incluindo financiamentos de capital de giro, investimentos em ativos circulantes ou não-circulantes, além do disposto no item C acima.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimos de financiamentos relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia, no exercício de 2015, não possuía quaisquer contratos de empréstimos junto a instituições financeiras, mantendo apenas dívida com acionistas, conforme mencionado no item C acima.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A Companhia não possui outros financiamentos contratados nem linhas de crédito junto ao mercado, para utilizar na compra de créditos imobiliários a serem utilizados como lastro para a emissão de CRI.

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações.

Embora o volume de receitas auferidas no exercício de 2015 não ter sido suficiente para fazer frente às despesas operacionais, a companhia recebeu aporte de capital no valor de R\$ 2.200 mil o que contribuiu para lucro de R\$ 272.600,00 ao final do exercício.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2015 as receitas operacionais e financeiras totalizaram R\$ 886.695,00 enquanto as despesas foram de R\$ 1.933.421,00. No exercício foi registrado um prejuízo líquido de R\$ 710.280,00.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

No ano de 2015, a Companhia não se envolveu em nenhum evento de alienação de segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária, ou ainda em operações não usuais ou diversos daqueles estabelecidos em seu objeto social.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2015 não sofreram alterações significativas.

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM - e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Assim, os métodos contábeis utilizados não repercutiram em efeitos no resultado da Companhia e os Auditores igualmente não indicaram quaisquer ressalvas em seus pareceres.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as séries de CRI emitidas em 2015, bem como as anteriores, foram realizadas mediante a constituição de patrimônios separados, ficando totalmente segregadas do balanço da companhia.

Apesar disso, no entanto, os patrimônios separados também foram objeto de verificação dos auditores que não fizeram quaisquer ressalvas em relação aos procedimentos contábeis realizados. Os dados referentes aos mencionados patrimônios separados encontram-se no final das Notas Explicativas que integram as demonstrações financeiras da Companhia.

B. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Além dos itens relevantes da empresa ocorridos no exercício social de 2015, merece ser destacado que no primeiro trimestre de 2016, a Companhia finalizou a emissão de uma nova série de CRI, cujos fatos não estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável à Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

Em relação ao plano de negócios, os diretores não fizeram e nem demonstraram pretensão de fazer: investimentos, adquirir qualquer tipo de imóvel, maquinário, patentes ou ativos de qualquer espécie, e nem lançar novos produtos e serviços. Sendo que não é possível que qualquer alteração no plano de negócios venha a afetar a capacidade produtiva da empresa.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores considerados relevantes pelo emissor para divulgação.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

De acordo com a Instrução da CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Segundo a Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, estando os Conselheiros e Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

a) Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio.

ASSEMBLEIA GERAL - Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento, observadas as competências específicas dos demais órgãos de administração da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Compete ao Conselho de Administração, além das matérias elencadas pela legislação vigente:

- I - Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II- Eleger e destituir os Diretores, e fixar-lhes as atribuições, responsabilidades e remuneração, observado o que a respeito dispuser este Estatuto;
- III - Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- IV - Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e no caso de Assembleia Geral Ordinária no prazo determinado por lei;
- V - Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VI - Escolher e destituir auditores independentes;
- VII - Deliberar sobre pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio.
- VIII - Deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificado de Recebíveis do Agronegócio e quaisquer outros títulos de créditos ou valores mobiliários;
- IX - Autorizar a Diretoria a contrair obrigações de qualquer espécie em montante superior ao capital social.
- X – Aprovar planos de participação nos resultados e bonificações para a Diretoria e quadro de funcionários.

b) data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês.

CONSELHO FISCAL (NÃO PERMANENTE) – Compete ao Conselho Fiscal as atribuições impostas por lei.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado.

Facultativo para Companhias de categoria B.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Compete ao Diretor Presidente:

- a) representar externamente a Companhia nas esferas judicial, extra-judicial e administrativa, nos termos deste artigo;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c) autorizar a formação e o funcionamento de comitês na Companhia;
- d) convocar as reuniões de comitês criados para decisões relacionadas às atividades de suporte e administrativa da Companhia; e,
- e) administrar as áreas de suporte, incluindo a gestão de operações e administrativa da Companhia.

Compete ao Diretor de Operações:

- a) dirigir, orientando e coordenando, a criação das linhas de produtos, negócios e serviços da Companhia;
- b) prospectar, negociar, conduzir e orientar a estruturação e distribuição de operações da Companhia;
- c) convocar as reuniões de comitês criados para decisões relacionadas às operações da Companhia; e,
- d) dirigir diretamente os departamentos de Originação e Estruturação.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- a) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, CETIP, Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&FBOVESPA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - AMBIMA, agentes fiduciários, agências de “rating”, coordenadores-líderes, investidores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados aos processos de emissão, registro, oferta e distribuição de CRI e CRA e aos mercados financeiros e de capitais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- b) representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas;
- c) manter atualizado o registro de Companhia Aberta; e
- d) dirigir diretamente o departamento de Distribuição de CRI e CRA e outros títulos passíveis de emissão pela Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Roberto Santos Zanré	30/08/1958	Pertence apenas à Diretoria	27/04/2015	AGO 2017	0
006.391.368-26	economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/10/2015	Sim	0.00%
Diretor de Operações					
Fabio Luiz Nogueira Vicente Elizeu	20/01/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/01/2016	AGO 2017	0
274.303.868-30	Jornalista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/01/2016	Sim	0.00%
Bernardo Luiz Paludo Sperandio	18/12/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2015	AGO 2017	0
006.786.819-37	administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2015	Sim	0.00%
José Pereira Gonçalves	08/02/1955	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2015	AGO 2017	0
565.909.707-34	economista	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	27/04/2015	Sim	0.00%
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Roberto Santos Zanré - 006.391.368-26

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

09/1998 A 06/2010 - CIBRASEC – CIA. BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO
Cargo e Função: Gerente de Operações /Gerente de Produtos

11/1990 A 08/1998 - BCN - CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA
Cargo: Gerente de Planejamento e Controle

03/1990 A 11/1990 - CREFISUL - CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA
Cargo: Gerente de Planejamento e Controle

05/1989 A 03/1990 - BCN - CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA
Cargo: Analista Econômico/Financeiro Senior

05/73 a 05/89 - BRADESCO - CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA
Cargo: Gerente Executivo

HISTÓRICO PROFISSIONAL NAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE DO SETOR DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA - ABECIP E ACRESP - (Período de 1985 até o momento)

Vice-presidente suplente da ABECIP (12/97 a 08/98);
Coordenação na ABECIP da CONAFE-COMISSÃO NACIONAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS E ECONÔMICOS (1993 a 1998);
Participação, inclusive em nível de coordenação, nos grupos de trabalhos que formularam os anteprojetos do SFI e da CIBRASEC (1995/1996);
Coordenação na ACRESP da Comissão de assuntos econômicos, financeiros e contábeis (1988 a 1993);
Coordenação de vários grupos de trabalhos (1987 a 1998); e
Conselheiro Fiscal da ABECIP (2003 a 2010).

Fabio Luiz Nogueira Vicente Elizeu - 274.303.868-30

Experiência profissional: 1) Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip Período: junho de 2010 – maio de 2014. Responsável pelo desenvolvimento e implementação do plano de comunicação da Associação; 2) FLE Comunicação - Período: fevereiro de 2002 – junho de 2010 - Função: Consultor de Comunicação. Desenvolvimento e implementação de planos de comunicação; 3) Empresa: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip - Período: junho de 1997 – fevereiro de 2002. Assessor de Imprensa: Responsável pelo relacionamento com a mídia, resultando no aumento quantitativo e qualitativo de matérias sobre a Associação nos veículos de comunicação.

Atividade Atual - Publisher do site Sonho do Primeiro Imóvel - Criado com o objetivo de fornecer informações para quem deseja ter seu primeiro imóvel e também para todos os profissionais que atuam no setor imobiliário.

Bernardo Luiz Paludo Sperandio - 006.786.819-37

1) Empresa: Contrathos S/A
Abril 2008 - 2012

Função: Diretor Comercial

Principais atividades desenvolvidas: Desenvolvimento do projeto de Correspondente Imobiliário CAIXA AQUI, implantação do módulo imobiliário; Responsável pelo relacionamento comercial com as entidades envolvidas na prestação de serviço da Contrathos: Incorporadoras, Corretoras de Venda, Instituições Financeiras; Desenvolvimento do projeto de serviço de Secretaria de Vendas com Análise de Crédito, serviço prestado às Incorporadoras.

2) Empresa: Athos Gestão e Serviços
01/2002 a 01/2010

Função: Sócio Gerente

Principais atividades desenvolvidas: Responsável pela área de cobrança administrativa, carteira de crédito imobiliário do Banco Banestado e Itaú; Responsável pelo trabalho de depuração e contratos com FCVS; Responsável pela atividade de execução extra judicial como preposto de agente fiduciário, pelo rito do decreto lei 7066; Desenvolvimento do projeto de Originação de Crédito para a PREVI programa CARIM

José Pereira Gonçalves - 565.909.707-34

Iniciou suas atividades na área de crédito imobiliário em 1977, no centro brasileiro de expansão do sistema brasileiro de poupança e empréstimo - CBPE; Entre 1981 e 1991 trabalhou no departamento técnico da associação brasileira de entidades de crédito imobiliário e poupança - ABECIP, exercendo a função de economista. Em 1992 e 1993 trabalhou na LARCKY CRÉDITO IMOBILIÁRIO. Entre 1993 e 2010 trabalhou na ABECIP na função de economista tendo ocupado por vários anos o cargo de superintendente geral. Conselheiro do conselho curador do FGTS representando a confederação nacional das instituições financeiras CONSIF de 2002 a 2010. Coordenador da assistência técnica proporcionada pela ABECIP a seus associados. Agraciado com a comenda "ordem do mérito do trabalho" em 2006, pelos serviços prestados ao país nas atividades desenvolvidas junto ao FGTS.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Bernardo Luiz Paludo Sperandio	Comitê de Estrutura Organizacional	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	27/04/2015	Até 30/04/2017	0.00%
006.786.819-37			18/12/1983	27/04/2015	0	
Membro do conselho de administração						
Fabio Luiz Nogueira Vicente Elizeu	Comitê de Estrutura Organizacional	Membro do Comitê (Efetivo)	Jornalista	21/01/2016	AGO 2017	0.00%
274.303.868-30			20/01/1978	21/01/2016	0	
Membro do conselho de administração						
José Pereira Gonçalves	Comitê de Estrutura Organizacional	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	27/04/2015	Até 30/04/2017	0.00%
565.909.707-34			08/02/1955	27/04/2015	0	
Membro do conselho de administração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Bernardo Luiz Paludo Sperandio - 006.786.819-37						
Fabio Luiz Nogueira Vicente Elizeu - 274.303.868-30						
José Pereira Gonçalves - 565.909.707-34						

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item facultativo para companhias abertas classificadas como de categoria B.

12.13 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

Apesar de o item ser facultativo, para uma melhor compreensão do item 13.2, destacamos que:

1) A remuneração global anual dos administradores ficou estabelecida durante a Assembleia Geral Extraordinária de 27 de outubro de 2010, em até R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Assim permanecendo até o presente momento.

2) Ainda em referida assembleia ficou estabelecido que a priori somente a Diretoria Executiva será remunerada pelos seus serviços.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		403.999,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Nº de membros remunerados
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

Observação

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e a aplicação do percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, todos os conselheiros da Companhia renunciaram os direito de receber pró-labore ou qualquer tipo de remuneração em razão das funções que exercem na Companhia. Somente os diretores da diretoria executiva recebem a remuneração estabelecida em assembleia geral.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor
Item facultativo para as companhias abertas classificadas como categoria B.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Item não obrigatório para as companhias abertas classificadas como categoria B.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Item não obrigatório para as companhias abertas classificadas como categoria B.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Item não obrigatório para as companhias abertas classificadas como categoria B.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Item não obrigatório para as companhias abertas classificadas como categoria B.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Bernardo Luiz Paludo Sperandio						
006.786.819-37	brasileiro-PR	Não	Não	21/01/2016		
Não						
	220.000	10,000000%	0	0,000000%	220.000	10,000000%
José Pereira Gonçalves						
565.909.707-34	português-SP	Não	Sim	21/01/2016		
Não						
	1.980.000	90,000000%	0	0,000000%	1.980.000	90,000000%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	2.200.000	100,000000%	0	0,000000%	2.200.000	100,000000%

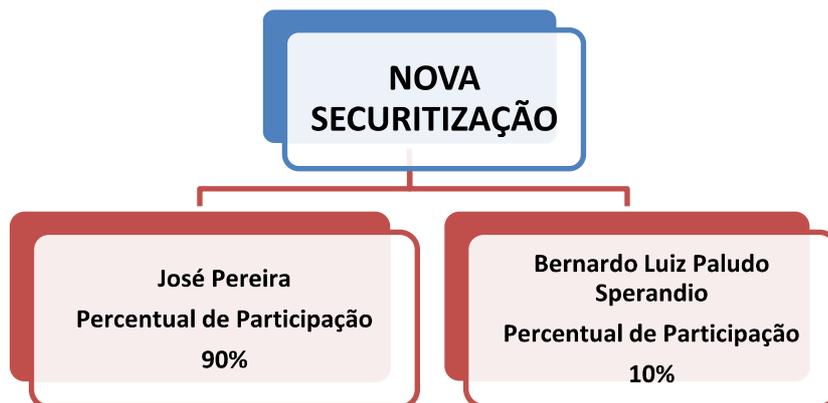
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	21/01/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Empresa não pertence a nenhum grupo econômico.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Item não obrigatório para as companhias abertas classificadas como categoria B.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Item não obrigatório para as companhias abertas classificadas como categoria B.

15.7 - Principais operações societárias

Não há informações relevantes.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Nova Securitizadora não integra nenhum grupo de empresas, no momento e não tem prática ou interesse de operar ou transacionar com partes relacionadas, além dos empréstimos realizados pela emissora com seus acionistas, conforme retratado no item 10.1 deste formulário.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
José Pereira Gonçalves	04/11/2010	500.000,00	R\$ 195.946,73 em 31/12/2015	Não aplicável	31/12/2014	SIM	6,000000
Relação com o emissor	acionista e diretor						
Objeto contrato	abertura de crédito para financiamento de atividades.						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	comuns ao tipo de contrato.						
Natureza e razão para a operação	abertura de crédito para financiamento de atividades.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
José Pereira Gonçalves	30/06/2013	500.000,00	R\$ 491.172,00	não aplicável	31/12/2014	SIM	6,000000
Relação com o emissor	acionista e diretor						
Objeto contrato	Abertura de crédito para financiamento de atividades.						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	Comuns ao tipo de contrato.						
Natureza e razão para a operação	Abertura de crédito para financiamento de atividades.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Não foram efetivadas quaisquer transações ou conjunto de transações ocorridas no último exercício social.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/12/2015	1.200.000,00		1.200.000	0	1.200.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
30/12/2015	1.200.000,00		1.200.000	0	1.200.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/12/2015	1.200.000,00		1.200.000	0	1.200.000
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/12/2015	3.000.000,00		3.000.000	0	3.000.000
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/06/2014	411.513,00	30/06/2014	411.513	0	411.513
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/10/2010	300.000,00		300.000	0	300.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
		BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO	Foram emitidos pela Companhia 4 Bônus de Subscrição: três Bônus de Subscrição conferirão, individualmente, ao seu titular o direito de subscrever 9.808 (nove mil, oitocentas e oito) ações e um Bônus de Subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever 68.656 (sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e seis) ações. Os titulares dos Bônus de Subscrição poderão exercer seus direitos e subscrever ações ordinárias da Companhia a partir de 26 de maio de 2013 até dezembro de 2014, sendo que o prazo de integralização das novas ações é 31 de dezembro de 2014. Para subscrever as ações ordinárias, o titular do Bônus de Subscrição deve avisar a Companhia, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.		
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/10/2010	300.000,00	31/03/2011	300.000	0	300.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/10/2010	2.700,00		2.700	0	2.700

Tipo de capital	Capital Autorizado			
27/10/2010	686.568,16		0	0
Tipo de capital	Capital Emitido			
24/06/2010	285.487,00		285.487	285.487
Tipo de capital	Capital Subscrito			
24/06/2010	285.487,00		285.487	285.487
Tipo de capital	Capital Integralizado			
24/06/2010	285.487,00		285.487	285.487
Tipo de capital	Capital Emitido			
16/05/2007	3.000,00		3.000	3.000
Tipo de capital	Capital Subscrito			
16/05/2007	3.000,00		3.000	3.000
Tipo de capital	Capital Integralizado			
16/05/2007	300,00		300	300

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/06/2010	AGE	24/06/2010	285.487,00	Subscrição particular	285.487	0	285.487	95,16233333	1.000,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		valor patrimonial da Companhia								
Forma de integralização		Mediante a conversão dos valores adiantados à Companhia pelos acionistas.								
27/10/2010	AGE	27/10/2010	300.000,00	Subscrição particular	300.000	0	300.000	1,03990821	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		As ações foram emitidas sem valor nominal.								
Forma de integralização		A integralização deveria ser feita até 31 de março de 2011. A integralização já ocorreu.								
30/06/2014	AGE	30/06/2014	411.513,00	Subscrição particular	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/12/2015	AGE	30/12/2015	1.200.000,00	Subscrição particular	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pelo emissor para divulgação.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social, será distribuído em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor .
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Apenas com alteração do Estatuto Social e limitado aos termos da lei.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Itens não obrigatórios para companhias classificadas como categoria B.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Itens não obrigatórios para companhias classificadas como categoria B.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 14ª série
Data de emissão	25/04/2014
Data de vencimento	25/04/2019
Quantidade (Unidades)	40
Valor nominal global (Reais)	15.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado para a CVM via IPE.
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o termo de securitização enviado para a CVM via IPE.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado para a CVM via IPE. O valor da emissão ficou em apenas R\$ 7.500.000,00
Outras características relevantes	Em processo de registro na CETIP.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 7ª série
Data de emissão	01/10/2013
Data de vencimento	20/09/2023
Quantidade (Unidades)	59
Valor nominal global (Reais)	17.999.494,97
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, enviada pela companhia via IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	O CRI tem lastro em contrato de locação atípico.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos do Termo de Securitização, enviada pela companhia via IPE/CVM.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 8ª série
Data de emissão	01/10/2013
Data de vencimento	20/05/2024
Quantidade (Unidades)	6
Valor nominal global (Reais)	1.807.579,03
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI com lastro em contrato de locação atípico.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Outras características relevantes	Oferta com esforços restritos de distribuição.
Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 19ª série
Data de emissão	27/11/2014
Data de vencimento	12/11/2026
Quantidade (Unidades)	220
Valor nominal global (Reais)	300.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistem IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistem IPE/CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistem IPE/CVM.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	CRI distribuído com esforços restritos.
Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 20ª série
Data de emissão	12/01/2015
Data de vencimento	10/04/2017
Quantidade (Unidades)	1
Valor nominal global (Reais)	11.900.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Lote único e indivisível - art 5º ICVM 400
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI Sênior. O CRI junior atrelado é o da 21ª série.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Outras características relevantes	Lote único e indivisível - art 5º ICVM 400.
Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 21ª série
Data de emissão	12/01/2015
Data de vencimento	10/04/2017
Quantidade (Unidades)	1
Valor nominal global (Reais)	2.100.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Lote único e indivisível - art 5º da ICVM 400.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	de acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	Lote único e indivisível - art 5º da ICVM 400. CRI subordinado ao CRI da 20ª série da 1ª emissão.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários de acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.

Outras características relevantes Lote único e indivisível - art 5º da ICVM 400.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 22ª série
Data de emissão	23/02/2015
Data de vencimento	16/02/2030
Quantidade (Unidades)	90
Valor nominal global (Reais)	90.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	De acordo com a ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado via IPE/CVM.
Outras características relevantes	Oferta com esforços restritos da ICVM 476/09.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1 emissão, 13ª série
Data de emissão	14/03/2014
Data de vencimento	16/10/2017
Quantidade (Unidades)	1
Valor nominal global (Reais)	2.820.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Restrição imposta pela ICVM 400 art 5ª - lote único e indivisível e ainda de acordo com o item 3.5 do termo de securitização existe um bloqueio a negociação do CRI que prevê aditamento ao termo para permitir a sua venda.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistem IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistem IPE/CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistem IPE/CVM.
Outras características relevantes	Oferta distribuída por lote único e indivisível.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 1ª série
Data de emissão	30/09/2011
Data de vencimento	11/07/2031
Quantidade (Unidades)	83
Valor nominal global (Reais)	83.507.056,13
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização enviado à CVM pelo sistema IPE/CVM. CRI resgatado em 04/12/2012.
Características dos valores mobiliários de dívida	Certificado de Recebíveis Imobiliários lastreado em um contrato de locação de imóvel (built to suit).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos do Termo de Securitização enviado à CVM pelo sistema IPE/CVM.
Outras características relevantes	Vide Termo de Securtização enviado à CVM pelo sistema IPE/CVM.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 2ª série
Data de emissão	28/12/2011
Data de vencimento	16/12/2021
Quantidade (Unidades)	21
Valor nominal global (Reais)	21.109.833,09
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Não

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	Certificado de Recebíveis Imobiliários lastreado em um contrato de locação de imóvel (built to suit).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos do Termo de Securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Outras características relevantes	Vide Termo de Securitização datado de 23/12/2011.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1º emissão, 3ª série
Data de emissão	28/12/2011
Data de vencimento	16/12/2021
Quantidade (Unidades)	9
Valor nominal global (Reais)	9.916.812,66
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização datado de 23/12/2011.
Características dos valores mobiliários de dívida	Nos termos do Termo de Securitização datado de 23/12/2011.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos do Termo de Securitização datado de 23/12/2011.
Outras características relevantes	Vide Termo de Securitização datado de 23/12/2011.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 4ª série
Data de emissão	11/06/2012
Data de vencimento	12/06/2015
Quantidade (Unidades)	262
Valor nominal global (Reais)	262.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Não há.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI emitido nos termos da ICVM 476/09.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização.
Outras características relevantes	Emitido nos termos da ICVM 476/09.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 5ª série
Data de emissão	21/09/2012
Data de vencimento	21/12/2030
Quantidade (Unidades)	145
Valor nominal global (Reais)	145.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização da 5ª série da 1ª emissão. CRI resgatado em 21/12/2012.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI com lastro em contrato de buit to suit. Vide termo de securitização da 5ª série da 1ª emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide termo de securitização da 5ª série da 1ª emissão.
Outras características relevantes	Oferta com esforço restrito nos termos da ICVM 476/09.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 6ª série
Data de emissão	21/12/2012
Data de vencimento	21/03/2038
Quantidade (Unidades)	178
Valor nominal global (Reais)	178.635.000,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização datado de 19/12/2012
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI emitido com lastro em contrato de locação atípica (BTS).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos do Termo de Securitização datado de 19/12/2012
Outras características relevantes	Oferta com esforço restrito de distribuição nos termos da ICVM 476/09.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 10ª série
Data de emissão	14/02/2014
Data de vencimento	25/02/2017
Quantidade (Unidades)	1
Valor nominal global (Reais)	10.766.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Restrição imposta pela ICVM 400 art 5ª - lote único e indivisível e ainda de acordo com o item 3.5 do termo de securitização existe um bloqueio a negociação do CRI que prevê aditamento ao termo para permitir a sua venda.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI com lastro em contrato de financiamento imobiliário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Outras características relevantes	Oferta emitida por lote único e indivisível nos termos da ICVM 400.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 23ª série
Data de emissão	22/06/2015
Data de vencimento	16/06/2026

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade (Unidades)	85
Valor nominal global (Reais)	85.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema Empresas Net na data de 26/06/2015
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema Empresas Net na data de 26/06/2015
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema Empresas Net na data de 26/06/2015

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 24ª série
Data de emissão	04/02/2016
Data de vencimento	23/01/2017
Quantidade (Unidades)	1
Valor nominal global (Reais)	4.500.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema Empresas Net na data de 05/02/2016
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema Empresas Net na data de 05/02/2016
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema Empresas Net na data de 05/02/2016

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 9ª série
Data de emissão	22/10/2013
Data de vencimento	11/10/2028
Quantidade (Unidades)	150

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor nominal global (Reais)	150.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICV 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com Termo de Securitização.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI com lastro em créditos imobiliários de contratos de locação do shopping neumarkt e camboriu.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com Termo de Securitização.
Outras características relevantes	Oferta com esforços restritos de distribuição.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 11ª série
Data de emissão	14/02/2014
Data de vencimento	25/02/2017
Quantidade (Unidades)	1
Valor nominal global (Reais)	1.900.874,88
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Restrição imposta pela ICVM 400 art 5ª - lote único e indivisível e ainda de acordo com o item 3.5 do termo de securitização existe um bloqueio a negociação do CRI que prevê aditamento ao termo para permitir a sua venda.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviada via IPE CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI com lastro em contrato de financiamento imobiliário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviada via IPE/CVM.
Outras características relevantes	Oferta emitida por lote único e indivisível.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 12ª série
Data de emissão	14/03/2014

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	16/10/2017
Quantidade (Unidades)	1
Valor nominal global (Reais)	15.980.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Restrição imposta pela ICVM 400 art 5ª - lote único e indivisível e ainda de acordo com o item 3.5 do termo de securitização existe um bloqueio a negociação do CRI que prevê aditamento ao termo para permitir a sua venda.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o Termo de Securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Outras características relevantes	CRI distribuído por lote único e indivisível.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 15ª serie
Data de emissão	09/05/2014
Data de vencimento	14/05/2024
Quantidade (Unidades)	85
Valor nominal global (Reais)	85.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado pelo IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI com lastro em promessa de compra e venda.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado pelo IPE/CVM.
Outras características relevantes	CRI emitido pela ICVM 476 e restrição de circulação antes de 90 dias.

Valor mobiliário **Certificados de Recebíveis Imobiliários**

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 16ª série
Data de emissão	18/06/2014
Data de vencimento	18/06/2019
Quantidade (Unidades)	36
Valor nominal global (Reais)	36.800.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	de acordo com o termo de securitização.
Características dos valores mobiliários de dívida	CRI emitido pela ICVM 476/09.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	de acordo com o termo de securitização.
Outras características relevantes	CRI emitido de acordo com a ICVM 476/09.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 17ª série
Data de emissão	15/08/2014
Data de vencimento	20/12/2031
Quantidade (Unidades)	224
Valor nominal global (Reais)	224.700.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	N,os termos da ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com termo de securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com termo de securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com termo de securitização enviado pelo sistema IPE/CVM.
Outras características relevantes	CRI distribuído nos termos da ICVM 476/09.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão, 18ª série
Data de emissão	11/11/2014
Data de vencimento	11/11/2020
Quantidade (Unidades)	64
Valor nominal global (Reais)	64.535.565,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta restrita pela ICVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com o termo de securitização enviado pelo IPE/CVM.
Características dos valores mobiliários de dívida	De acordo com o termo de securitização enviado pelo IPE/CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o termo de securitização enviado pelo IPE/CVM.
Outras características relevantes	Vide o termo de securitização enviado pelo IPE/CVM.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A companhia somente emitiu ações não admitidas em mercado de negociações.

Em relação aos CRIs emitidos pela Companhia, todos foram registrados e negociados na CETIP.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários admitidos em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Quantidade (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	0,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Outras características relevantes	Não emitimos títulos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Todas as séries de CRI emitidas pela Companhia foram distribuídas por instituições líderes, ou seja, não foram distribuídas pela própria companhia, com exceção da 10^a, 11^a, 12^a, 13^a, 20^a, 21^a e 24^a série que foram distribuídas pela Companhia por lote único e indivisível.

Não há outros valores mobiliários emitidos, nem por controladores, coligados etc.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Item não obrigatório para Companhia de categoria B.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A companhia não adquiriu quaisquer ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue importante em relação aos valores mobiliários.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue importante em relação a planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue importante em relação a política de renegociação de valores mobiliários.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia estrutura-se com intuito de garantir elevados padrões de conduta com transparência, precisão e tempestividade, a serem compulsoriamente observados pelos Administradores (conselheiros de administração e diretores), pelos Acionistas Controladores, pelos Conselheiros Fiscais (quando instalado o Conselho Fiscal), pelos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas existentes ou que venham a ser criados pelo Estatuto Social da Companhia, a fim de adequar a política interna aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes da Companhia, de modo que as exigências das normas vigentes sejam observadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Desta forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia são centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, que é responsável pela divulgação e comunicação das mesmas.

Os Acionistas Controladores, Administradores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação. Caso as pessoas mencionadas no item 12.7 supra tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante e constate a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar, de modo claro e preciso, nos jornais utilizados habitualmente pela Companhia e comunicar à CVM, Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

As regras relativas à concentração do processo de divulgação de informações relativas à Companhia através do Diretor de Relações com Investidores não serão entendidas ou aplicadas de modo a impedir a divulgação direta pelos Acionistas, das informações exigidas por lei ou dispositivos regulatórios em consonância com as regras deste documento.

Os Acionistas Controladores, Administradores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da Companhia, terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia são responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores, Senhor Roberto Santos Zanré.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue importante em relação a política de divulgação de informações.